



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
**R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Físico nº: **0005784-55.2013.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Aposentadoria por Invalidez**  
 Requerente: **Paulo Rogerio Machado**  
 Requerido: **Instituto Nacional de Seguro Social Inss**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

Vistos.

**PAULO ROGERIO MACHADO** ajuizou ação contra **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**, alegando em síntese que sofreu acidente de trabalho, perdendo a visão do olho esquerdo, necrose segmentar avascular do fêmur esquerdo, encurtamento da perna esquerda e redução funcional de 30% no punho esquerdo, aduzindo ser segurado do réu, e que recebia auxílio doença decorrente de acidente, entretanto foi cessado e posteriormente foi concedido benefício previdenciário e auxílio acidente. Assim, requer a antecipação de tutela, condenação do réu para concessão de benefício previdenciário de aposentadoria por invalidez.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela.

Citado, o INSS contestou o pedido, arguindo que as lesões recebidas não justificam a aposentadoria por invalidez e que o ocorrido não prejudicou inteiramente a capacidade laborativa do autor. Pedindo improcedência da ação e realização de exame médico pericial.

Manifestou-se o autor reiterando seu pedido.

Determinada perícia médica, constatou-se que o autor possui sequelas leves e não incapacitantes ao trabalho que lhe é habitual.

Manifestaram-se as partes quanto ao laudo pericial.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

O laudo de exame pericial é conclusivo e não reclama complementação ou realização de nova perícia.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**3ª VARA CÍVEL**  
 R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Em razão do acidente típico narrado na petição inicial, o autor apresentar sequela leve de fratura do rádio (à esquerda), de natureza não incapacitante, encurtamento do fêmur esquerdo e perda da visão do olho esquerdo (fls. 212).

A marcha é discretamente claudicante (fls. 213), mas isso não impede o trabalho habitual.

As sequelas são leves e não incapacitantes (fls. 213).

De outro lado, a visão monocular justificou a concessão do auxílio-acidente, benefício que se mostra compatível com a incapacidade funcional identificada. Benefício superior seria a aposentadoria, mas a tal resultado não conduz a conclusão médico-pericial.

Além disso, não se deixa de notar, a propósito, que o autor continua a prestar serviços para a empresa Evik Segurança e Vigilância Ltda., o que denota a preservação da aptidão laborativa.

Diante do exposto, **rejeito o pedido** apresentado por **PAULO ROGERIO MACHADO** contra o **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**.

O autor está legalmente dispensado do atendimento de despesas processuais.

P.R.I.

São Carlos, 16 de julho de 2014.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**